

## **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS**

### **Corte ilícito de exemplar isolado Araucaria Angustifolia em Chapecó**

IC - Inquérito Civil nº 06.2020.00004248-6

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, e de outro lado **ARAUCÁRIA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 07.527.166/0001-00, com sede na Rua Benjamin Constant, 383D, CEP n. 89.801-070, Chapecó, neste ato representado pelo sócio-administrador Crusvaldino Bellorini Mesalira, CPF 165.842.600-20, 49 9 9969-4055 (WhatsApp), mesalira@desbrava.com.br, doravante denominado *compromissário*,

**CONSIDERANDO** que é dever constitucional da União, Estados e Municípios "proteger o meio ambiente e combater a poluição em todas as suas formas" (art. 23 da Constituição da República);

**CONSIDERANDO** que o princípio reitor do direito ambiental é o da preservação, como se lê do art. 225 da Constituição da República, que impõe ao Poder Público a obrigação de "preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas" e "proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies";

**CONSIDERANDO** que a função social da propriedade só é considerada atendida quando utiliza adequadamente os recursos naturais e

preserva o meio ambiente (art. 186, II, CF) e até mesmo a ordem econômica deve obedecer aos princípios da "defesa do meio ambiente" (art. 170, VI, CF);

**CONSIDERANDO** que foi instaurado o presente Inquérito Civil a partir da colheita de informações sobre a indevida supressão de uma araucária, espécie constante na lista de espécies ameaçadas de extinção, e que estava plantada no estabelecimento conhecido como Boca Lanches, na Avenida Getúlio Vargas, em Chapecó, requerimento formulado pela empresa Araucária Participações e Investimentos S/A;

**CONSIDERANDO** que o corte de árvores isoladas é regulamentado pela Instrução Normativa n. 57, do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina e tem autorização legislativa no art. 38 do Código Ambiental de Santa Catarina;

**CONSIDERANDO** que nos termos do item 4.7 da IN 57 "**excepcionalmente** poderá ser autorizada a supressão de exemplares arbóreos nativos isolados ameaçados de extinção, verificadas as seguintes hipóteses: a) risco à vida ou ao patrimônio; b) ocorrência de exemplares localizados em áreas rurais e urbanas consolidadas e com atividades/empreendimentos devidamente licenciados, com **comprovada inexistência de alternativas** e desde que com anuência do município, quando couber; c) realização de pesquisas científicas; d) utilidade pública;"

**CONSIDERANDO** a constatação de que, no procedimento administrativo de autorização de supressão: **1)** não se comprovou a inexistência de alternativas à supressão; **2)** optou-se sem justificada pela compensação ao horto municipal, quando seria viável também na mesma bacia hidrográfica; e **3)** ausência de identificação e dimensões claras acerca das espécies a serem plantadas;

**CONSIDERANDO** que no local havia construção edificada e

utilizada pelo proprietário há pelo menos 20 anos, com ampliação entre 2006 e 2010, sendo que o imóvel já vinha cumprindo sua função social e estava bem utilizado, com área de aparentemente 50% do imóvel ocupada;

**CONSIDERANDO** que ninguém é obrigado a construir utilizando todo o potencial construtivo de seu imóvel e que o coeficiente de aproveitamento do imóvel em Chapecó tem três fatores multiplicadores, o mínimo, o básico e o máximo, conforme o Anexo IIIA do Plano Diretor, sendo o coeficiente mínimo de 0,2, de forma que, se o terreno tem 1400 m<sup>2</sup>, como no caso dos autos, o mínimo que se pode construir para que o imóvel não seja considerado subutilizado, ou seja, para que cumpra sua função social, é de 280 m<sup>2</sup>;

**CONSIDERANDO** que no caso dos autos, apresentou-se alvará de aprovação de um projeto que ocupa 80% da área do imóvel, o que não prova a inexistência de alternativa à supressão, já que não foram apresentadas justamente as "alternativas";

**CONSIDERANDO** que a compensação em área urbana pode se dar mediante doação ou plantio, sendo que a alínea "c" do item 4.5 da IN 57 prevê que a doação se dê à prefeitura ou aos comitês de bacia hidrográfica e a alínea "d" registra que, no caso de plantio, as mudas "deverão ser plantadas **preferencialmente no mesmo imóvel territorial**, não sendo isto possível, deverão ser plantadas na mesma bacia hidrográfica ou microbacia, em **propriedade da mesma titularidade**";

**CONSIDERANDO** que em tema de Direito Ambiental, a discricionariedade é sempre regradada pelos seus princípios reitores, sendo o principal deles o da preservação;

**CONSIDERANDO** que era e é possível que as mudas sejam plantadas, se não totalmente, mas em parte pelo menos, no mesmo imóvel

em que estava o exemplar suprimido ou em imóveis do mesmo titular, já que o proprietário tem, segundo registros do cadastro de imóveis do Município, 36 imóveis em Chapecó, sendo possível que, das 50 mudas devidas, parte delas se destine também ao horto, caso inviável plantar nos demais imóveis;

**CONSIDERANDO** que a IN 57 exige que, no caso de espécies ameaçadas de extinção, o plantio seja **da mesma espécie** (item 4.5, "e"), evidenciando-se que tal obrigação também não foi respeitada, havendo falhas no procedimento ao não registrar, de modo mais claro, que espécies foram admitidas e quais foram efetivamente doadas, bem como o tamanho e as dimensões das mudas, tudo para maior segurança e registro mais fidedigno;

**RESOLVEM** celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com a permissão do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985, mediante os seguintes termos:

### **DO OBJETO**

**Cláusula 1ª** - O presente compromisso de ajustamento de condutas tem como objeto a supressão indevida de um exemplar de araucária que estava plantado no estabelecimento conhecido como Boca Lanches, situado na Avenida Getúlio Vargas, 1255N, em Chapecó;

### **DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

**Cláusula 2ª** - O compromissário compromete-se a comprovar ao Ministério Público, em 180 dias, o plantio de cinco mudas de árvores nativas no imóvel em que estava situado o estabelecimento Boca Lanches, qual seja Avenida Getúlio Vargas, 1255N, Chapecó;

**Cláusula 3ª** - O compromissário compromete-se a comprovar em 180 dias ao Ministério Público o plantio de duas mudas de araucária e de dez mudas de árvores nativas no imóvel de Matrícula nº 66.631, de

propriedade de Apti Alimentos Ltda., empresa da qual é sócio o subscritor, situada na av. Leopoldo Sander;

**Cláusula 4ª** – As mudas receberão manutenção e cuidados necessários e serão mantidas de modo perpétuo nos imóveis descritos;

**Cláusula 5ª** - Deverá ser apresentado relatório fotográfico ao Ministério Público em 180 e 365 dias a contar da assinatura do presente;

### **DO DESCUMPRIMENTO**

**Cláusula 6ª** - Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações assumidas no presente termo, o compromissário ficará sujeito a multa diária de R\$ 200,00, ou multa de R\$ 50.000,00 por ocorrência, a critério do Ministério Público;

**Parágrafo primeiro** - As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados;

**Parágrafo segundo** - O pagamento de eventual multa não exime o compromissário do cumprimento das obrigações contraídas;

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 7ª** - O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido;

**Cláusula 8ª** - O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam o compromisso de ajustamento de conduta em duas vias, com igual eficácia de título executivo extrajudicial.

Chapecó, 14 de dezembro de 2020

Eduardo Sens dos Santos  
**Promotor de Justiça**

Araucária Participações e  
Investimentos S/A  
Crusvaldino Bellorini Mesalira  
**Compromissário**